

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às nove horas e cinquenta minutos, deu-se início à 3ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a presidência do Magnífico Reitor Paulo Roberto de Assis Passos. Estiveram presentes os conselheiros: André Luiz Rosário dos Santos (Representante Titular Fecomércio – RJ),
5 Elisa Suzana Carneiro Pôças (Representante Titular Diretores-Gerais), Florinda do Nascimento Cersósimo (Representante Suplente Diretores-Gerais), Tiago Giannerini da Costa (Representante Titular Diretores-Gerais), Eudes Pereira de Souza Júnior (Representante Titular Diretores-Gerais), Rafael Barreto Almada (Representante Titular Docentes), Helton Rodrigo de Souza Sereno (Representante Suplente Docentes),
10 Marcelo Nunes Sayão (Representante Suplente Docentes), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docentes), Hélia Pinheiro Rodrigues Corrêa (Representante Suplente Docentes), Omar Souza Nicolau (Representante Titular Docentes), Eládio Bandeira de Lima Filho (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Otávio Pereira Carneiro (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Titular Técnicos-Administrativos), André Vicente Tobias (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Fernando Rocha Beserra (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Dalva Baliano Lopes (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Eduardo do Carmo Castro (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Gabriele Falzoni da Cruz Simões (Representante Titular Discentes), Amanda Aguiar Oliveira (Representante Suplente Discentes), Paulo Borges Mathias da Costa (Representante Titular Discentes), Irinéia de Souza (Representante Titular Discentes), Jorge Vinícius de Lima Silva (Representante Titular Egressos), Flávio Giro de Oliveira (Representante Suplente Egressos), Lunara Santos Guedes (Representante Titular Egressos), Peterson Hotz de Medeiros (Representante Suplente Egressos), além dos servidores convidados Marília Rodrigues da Silva (Docente do *Campus* Pinheiral), Daniela Augusto Chaves (Docente do *Campus* Pinheiral), Fábio Soares da Silva (Diretor-Geral do *Campus* Belford Roxo), Raphael Argento (Diretor de Ensino do *Campus* Belford Roxo), Miguel Roberto Muniz Terra (Pró-Reitor de Administração) e Helena de Souza Torquillo (Pró-Reitora de Ensino Médio e Técnico). O presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e a participação expressiva dos conselheiros. O presidente disse que o principal objetivo naquele momento era aumentar a produtividade do Conselho e tentar reduzir a pauta, que se tornou extensa devido à falta de quórum que ocorreu em muitas reuniões anteriores. Ele informou que daria posse aos representantes egressos que foram escolhidos através de sorteio público realizado no dia vinte e três de agosto. Em seguida, a secretária Mônica Castro solicitou a presença da Assessoria de Comunicação (AsCom) para registrar a posse dos egressos. O presidente ressaltou a importância em ter os egressos na representação do Conselho, uma vez que eles poderiam opinar a respeito das dificuldades enfrentadas durante as suas formações no Instituto. Depois disso, o presidente entregou o termo de posse aos representantes egressos Jorge Vinícius de Lima Silva, Flávio Giro de Oliveira, Lunara Santos Guedes e Peterson Hotz Medeiros. Então, o presidente concedeu a palavra para que cada conselheiro pudesse identificar-se e apresentar-se para os demais, que também se apresentaram aos novos membros empossados. Depois disso, o presidente procedeu à reunião consultando os conselheiros sobre a aprovação das atas anteriores. Em relação à

ata da reunião do dia vinte e um de junho, realizada com a antiga composição do Conselho, ele informou que a secretária havia enviado o documento para os antigos conselheiros, que não fizeram nenhum pedido de alteração; e também para os atuais conselheiros, para ciência. O conselheiro Jefferson Amorim disse que estava presente na
50 reunião do dia vinte e um de junho e não possuía nenhuma observação a fazer na ata. Então, por consenso, a referida ata foi aprovada. O presidente solicitou que todos os conselheiros que possuíssem solicitações de alterações a fazer, enviassem os textos com antecedência para a secretaria, ou levassem o texto pronto para a reunião. O conselheiro Rafael Almada disse que era necessário estabelecer um prazo nesse caso, uma vez que
55 essa solicitação não estava prevista no Regimento. O presidente concordou com a fala do conselheiro, e ficou estabelecido que as solicitações de alterações na ata deveriam ser enviadas com quarenta e oito horas de antecedência, não invalidando as sugestões que fossem colocadas na própria reunião de aprovação. O conselheiro Jefferson Amorim solicitou que não fosse utilizado o termo “deveriam”, mas sim “poderiam”. Em seguida,
60 o conselheiro Jefferson Amorim questionou duas situações ocorridas, quanto às presenças dos conselheiros Eudes Pereira e Fernando Beserra na reunião anterior, sendo que este estava em férias e aquele estava em licença médica naquela ocasião. O conselheiro Jefferson Amorim perguntou se nesses casos de licença ou férias o conselheiro poderia participar da reunião. O presidente disse que as duas situações
65 impediam a participação dos servidores como votantes. O presidente complementou sua resposta afirmando que no caso da licença médica, o servidor fica impedido de desenvolver qualquer atividade institucional, sendo que o descumprimento poderia acarretar aplicação de multa pelo Ministério do Trabalho. O presidente disse que no caso das férias, a solução era interromper as férias para participar da reunião. O
70 conselheiro Fernando Beserra, que ocupa o cargo de Coordenador no setor de Saúde do Trabalhador do IFRJ, disse que o caso das férias era um pouco mais flexível que a licença por motivo de saúde, não havendo impedimento de participação na reunião; porém, sem direito ao voto. O conselheiro Jefferson Amorim disse que nesse caso o conselheiro não poderia ter direito a voz também, pois poderia influenciar os demais.
75 Depois, ele disse que não via impedimento na participação dos conselheiros nessas situações, pois eles poderiam contribuir com os debates. O presidente disse que o importante era a questão do voto. O presidente disse também que era necessário rever a participação dos suplentes na presença dos titulares, e que o tema poderia ser um futuro ponto de pauta. O conselheiro Rafael Almada disse que era importante rever a questão
80 da fala do conselheiro presente nessas situações no momento de registro da ata, uma vez que o conselheiro Eudes Pereira havia dado muitas contribuições na última reunião, que não foram registradas. Então, o Pró-Reitor Miguel Terra, que substituiu o Reitor na presidência da reunião anterior, disse que naquela oportunidade a conselheira Florinda Cersósimo apresentou as contribuições do conselheiro Eudes Pereira. O presidente disse
85 que essa situação era inconsistente, e que acreditava que nos casos de férias, o conselheiro deveria enviar suas contribuições por outro conselheiro, e no caso de qualquer licença, o conselheiro não deveria participar. O conselheiro Flávio Oliveira disse que discordava dessa situação, uma vez que todos os conselheiros eram voluntários. O presidente disse que o Conselho Superior fazia parte do organograma
90 institucional, e a participação nas reuniões estava diretamente ligada às atividades dos

servidores. O conselheiro Marcelo Sayão questionou se o conselheiro em férias poderia votar nas reuniões. O presidente respondeu que não, e o Pró-Reitor Miguel Terra complementou a resposta do presidente afirmando que no caso das férias, o servidor não está em efetivo exercício. O presidente exemplificou dizendo que se o servidor sofresse

95 um acidente a caminho do IFRJ enquanto estava de férias, ele não estaria coberto para os efeitos de acidente de trabalho. Em seguida, o presidente ressaltou que houve solicitações de modificações na ata referente à reunião de dezenove de julho. O conselheiro Marco Aurélio Louzada disse que havia feito sua solicitação por e-mail à Secretaria. A secretária projetou a ata. Então, o presidente disse que era necessário

100 estabelecer um teto para o término da reunião. O conselheiro Eládio Bandeira disse que na última reunião foi estabelecido o teto de até às quatorze horas. O presidente disse que para a presente reunião o teto seria até às treze horas, inicialmente. Retomando à aprovação da ata da reunião do dia dezenove de julho, o conselheiro Marco Aurélio Louzada solicitou o registro do momento em que ele pediu a palavra para esclarecer

105 uma afirmação feita pelo conselheiro Jefferson Amorim. Ele explicou que o conselheiro Jefferson Amorim afirmou que em uma reunião anterior foi decidido pelos conselheiros que os docentes não mais assinariam o ponto de registro de presença, e, em seguida, o conselheiro Marco Aurélio Louzada pediu a palavra para esclarecer essa afirmativa, mas foi feito um intervalo, e o assunto não foi retomado pois o conselheiro Jefferson

110 Amorim retirou o tema. O presidente esclareceu que esse assunto entrou em votação na reunião, mas houve nove abstenções e, depois, decidiu-se que esse assunto não seria debatido no âmbito do Conselho. O conselheiro Marco Aurélio Louzada esclareceu que naquela ocasião em que houve nove abstenções, foi acordado que a votação seria cancelada. A secretária então realizou as alterações na ata, conforme solicitado. Depois

115 disso, o conselheiro Eládio Bandeira solicitou alteração da parte da ata que tratava do documento sobre a Flexibilização da Jornada de Trabalho dos Técnicos-Administrativos em Educação. Ele disse que o documento do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) causou divergências entre os segmentos docente e técnico-administrativo, mas na ata em questão foi relatado que o documento anterior do IFRJ é que havia causado tais

120 divergências. A secretária fez a correção, conforme solicitado. O conselheiro solicitou também a inclusão de sua fala em que pedia a revogação da IS nº 09 que trata sobre a avaliação institucional do técnico-administrativo. A alteração foi realizada. Em seguida, o conselheiro Rafael Almada fez algumas considerações sobre a ata. Ele disse que na parte que tratava sobre a aprovação dos cursos, ele pontuou a aprovação depois da

125 votação, e não durante a votação, como foi registrado. E na parte que abordava a resposta que seria dada pelo IFRJ ao Ministério Público a respeito da recomendação de adoção do ponto eletrônico, foi citada a sua sugestão de incluir o termo “conforme legislações vigentes” duas vezes. Então, a secretária disse que iria escutar a gravação da reunião novamente para fazer a devida alteração. Então, o conselheiro questionou a

130 inclusão de alguns temas como ponto de pauta na convocação da reunião. Segundo o conselheiro, alguns temas mencionados foram inseridos, e outros não foram. Ele disse que era necessário entender como essas solicitações seriam feitas. O presidente disse que os pedidos deveriam ser formalizados ou, a sua inclusão deveria ser decidida pelo colegiado. O conselheiro Rafael Almada disse que formalizaria os seus pedidos. O

135 conselheiro Omar Nicolau disse que uma decisão do Conselho já formalizaria a inclusão

do ponto de pauta, e o presidente concordou. O Pró-Reitor Miguel Terra disse que os pontos de pauta que foram consenso na reunião anterior foram incluídos na pauta desta reunião, mas os pedidos solicitados individualmente deveriam ser formalizados. O

140 do colegiado, como o calendário e a possibilidade de haver reuniões itinerantes, entre outras solicitações pontuadas durante a reunião, e não apenas no final. O conselheiro afirmou que iria enviar as solicitações por e-mail para reforçar seu pedido. O presidente observou que leu a ata da reunião anterior e verificou que algumas solicitações do conselheiro eram de cunho individual, e não estavam no âmbito do Conselho Superior.

145 O presidente então solicitou ao conselheiro que enviasse esses questionamentos e solicitações à Secretaria do Conselho. O presidente destacou que o ConSup não possuía a atribuição de fiscalizar todos os atos da Reitoria, principalmente os de caráter administrativo ou discricionário. Então, o conselheiro Rafael Almada discordou do posicionamento do presidente, afirmando que o Conselho possuía a função de fiscalizar,

150 o que estaria previsto no Regimento Interno do referido órgão. O presidente solicitou que o conselheiro formalizasse seus pedidos indicando a parte do Regimento que tratava do referido assunto. O conselheiro disse que assim o faria. Em seguida, o conselheiro Eudes Pereira questionou se um servidor avulso poderia pedir inclusão de pauta para o Conselho. O presidente respondeu que tal questionamento poderia ser realizado em

155 outra oportunidade da reunião, mas naquele momento era necessário finalizar a aprovação da ata. Então, o presidente questionou se a ata poderia ser aprovada e todos concordaram. Após isso, o presidente pediu esclarecimentos sobre falas da reunião anterior. Ele agradeceu a iniciativa do Conselho em estabelecer comissões para estudar os temas em pauta. Ele ressaltou que tentou realizar tal ação na gestão anterior do órgão

160 colegiado, mas não foi atendido. Depois disso, o presidente disse que havia uma inconsistência entre o Estatuto do IFRJ e o Regimento Interno do Conselho Superior, pois o Estatuto previa a realização de reuniões do Conselho a cada três meses, e o Regimento previa as reuniões a cada dois meses. Ele destacou que, apesar disso, as convocações estavam ocorrendo mensalmente, tendo em vista a extensão da pauta, e reforçou a necessidade de manter os encontros uma vez por mês, enquanto o colegiado entendesse necessário. Em seguida, o presidente esclareceu que, como foi afirmado pelo

165 Pró-Reitor Miguel Terra na reunião anterior, o organograma da Reitoria foi aprovado *ad referendum* em virtude da necessidade de implantação do Sistema Integrado de Gestão, mas foi submetido e referendado pelos conselheiros posteriormente. Então, o conselheiro Jefferson Amorim disse que apresentou sugestões de alterações no organograma que não foram feitas. O Pró-Reitor Miguel Terra disse que o organograma seria revisado, assim como o Regimento do IFRJ, que seria revisado com base no Estatuto. Então, o conselheiro Jefferson Amorim disse que estava integrando a

170 Comissão do ConSup que iria trabalhar no tema de revisão do Regimento do IFRJ, mas que os trabalhos da Comissão estavam inviabilizados em virtude da desatualização de outros documentos, como o Estatuto. Então, dando início ao Expediente da pauta, o presidente questionou a necessidade de indicação de membros do Conselho para o Grupo de Trabalho de Regulamento de Qualificação e Capacitação de Servidores. O

175 Pró-Reitor Miguel Terra respondeu que o tempo de trabalho do GT seria prorrogado, e

180 alguns servidores que faziam parte do referido Grupo como representantes do Conselho

Superior, não eram mais conselheiros. Então, a secretária Mônica Castro leu os e-mails enviados pelos atuais conselheiros que se disponibilizavam para participação nesse GT. Foram eles: Eládio Bandeira, Fernando Beserra e Otávio Carneiro, como técnicos-administrativos, e Hélia Rodrigues como suplente docente. O conselheiro Jefferson Amorim já era integrante do GT, e seria reconduzido. O presidente questionou se mais algum docente gostaria de participar. O conselheiro Helton Sereno disponibilizou-se. Então, os conselheiros Fernando Beserra e Otávio Carneiro disseram que concordavam com a indicação do conselheiro Eládio Bandeira. Ficou decidido que os representantes docentes seriam: Helton Sereno, como titular e Hélia Rodrigues, como suplente; e os representantes do segmento técnico-administrativo seriam Jefferson Amorim, como titular, e Eládio Bandeira como suplente. Dando continuidade ao Expediente, o presidente informou que a reunião seguinte seria realizada no dia vinte e sete de setembro, em virtude de uma reunião do CONIF no dia vinte. Em seguida, o presidente informou que a Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico (Proet) solicitou urgência na aprovação da oferta dos seguintes cursos técnicos: 1) Produção de Moda e 2) Artesanato no *Campus* Belford Roxo, e 3) Paisagismo no *Campus* Pinheiral. Então, em consenso, todos concordaram com a análise dos cursos naquela reunião. Seguindo a pauta, o presidente questionou quais seriam as solicitações de inclusão de temas. O conselheiro Jefferson Amorim informou que o Sigepe estava aberto para inclusão das férias pelos próprios servidores, o que gerava preocupação, pois nem todos os servidores estariam aptos a fazer suas programações no sistema. O Pró-Reitor Miguel Terra esclareceu que algumas funções do sistema estavam sendo ativadas, mas que o IFRJ ainda não utilizaria essa função específica de alteração de férias pelo servidor. Ele informou também que a autoridade imediatamente superior deveria confirmar as férias programadas pelo servidor, caso essa função estivesse ativa. Depois disso, o conselheiro Jefferson Amorim apresentou um novo questionamento a respeito da participação dos servidores da Auditoria Interna (Audin) do IFRJ no FONAI (Fórum Nacional de Auditoria Interna) que seria realizado no município do Rio de Janeiro no mês de novembro. Ele disse que era importante a participação dos servidores no evento. O presidente respondeu que havendo recursos, a concessão de diárias e passagens para cursos e congressos normalmente era concedida. O Pró-Reitor Miguel Terra disse que os servidores da Audin já haviam solicitado a participação no evento, e que provavelmente seria concedida para dois dos quatro servidores do setor. Depois disso, o presidente destacou que gostaria de inserir como ponto de pauta a participação dos Conselhos Acadêmicos na reunião do Conselho Superior a fim de explicitar como eram realizados os trabalhos das comissões e relatorias no âmbito desses Conselhos. O conselheiro Marcelo Sayão disse que o conselheiro Fábio Araújo havia enviado um e-mail para a Secretaria do ConSup solicitando a inclusão de um ponto de pauta a respeito da liberação sindical. O presidente respondeu que eram necessários maiores esclarecimentos a respeito do tema, como a legislação pertinente, por exemplo. O conselheiro Omar Nicolau esclareceu que a liberação sindical tratava da redução das atividades do servidor para que ele pudesse atuar efetivamente no Sindicato. Então, o presidente pediu que fosse enviado o respaldo legal sobre essa solicitação, e que posteriormente o tema entraria em pauta. O conselheiro Marco Aurélio Louzada disse que participou do Grupo de Trabalho sobre o Regulamento da Carga Horária Docente, e

destacou que o tema da liberação sindical foi incluído nas análises do GT, mas era necessário observar que também havia servidores técnicos-administrativos atuando no Sindicato. Após isso, o conselheiro Rafael Almada disse que gostaria de entender a ordem da pauta, porque naquele momento estavam sendo feitas algumas considerações que deveriam ser realizadas ao final da reunião. O presidente respondeu que abriu a discussão de pontos de pauta para a próxima reunião, mas acolheria a sugestão do conselheiro sobre a inclusão dos temas ao final da reunião. Então, o conselheiro Otávio Carneiro disse que existia prática da liberação do servidor para a participação sindical em fóruns e conselhos internos, mas era fundamental haver também a compreensão do setor para que os demais servidores não ficassem sobrecarregados. Em seguida, dando continuidade à ordem da pauta, o presidente procedeu à apresentação das Informações Gerais e questionou sobre o item: posicionamento do ConSup sobre a recomendação do Ministério Público de adoção do ponto eletrônico pelo IFRJ. O presidente perguntou se alguém gostaria de redigir o documento, ou se os conselheiros gostariam de formar um GT sobre o tema e discuti-lo na reunião seguinte. O conselheiro Eládio Bandeira leu a parte da ata da reunião anterior que relatava essa solicitação. O presidente questionou então como os conselheiros gostariam de proceder. O conselheiro Marco Aurélio Louzada disse que dos trinta e oito Institutos Federais do país, vinte e dois já adotavam o ponto eletrônico, e aqueles que ainda não o possuíam, argumentavam com a implantação do Regulamento da Carga Horária Docente, que gerava um relatório das atividades docentes, o que estava sendo aceito. O conselheiro Eudes Pereira esclareceu que fez a solicitação de inclusão do tema através da conselheira Florinda Cersósimo na reunião anterior, pois considerava importante a manifestação do ConSup por meio de documentos oficiais, e não só por meio de atas, uma vez que a maioria dos conselheiros foi eleita pela comunidade, sendo uma questão de representatividade. Ele elogiou a carta emitida pelo Sindicato a respeito desse assunto, lida na reunião anterior, e sugeriu que fosse redigido um documento com base nessa carta. O conselheiro Marcelo Sayão sugeriu que o assunto permanecesse em Assuntos Gerais, e que naquele momento fosse feito um breve debate sobre o tema para averiguar se a maioria concordava que a carta do Sindicato fosse usada como base do texto, possibilitando a elaboração do documento para a reunião seguinte. O conselheiro Rafael Almada sugeriu a formação de uma equipe de três pessoas, referendando a proposta do presidente, que redigisse o documento, que seria discutido na reunião seguinte. O conselheiro Marcelo Sayão ratificou que era necessário seguir uma linha de posição para que o grupo formado pudesse redigir o documento. O conselheiro Peterson Hotz concordou com o conselheiro Marcelo Sayão. O presidente sugeriu que o tema fosse colocado como item de pauta. O conselheiro Rafael Almada sugeriu a inserção do tema na Ordem do Dia, sendo que a discussão deveria ser retomada naquela reunião, caso houvesse tempo hábil. O conselheiro Omar Nicolau solicitou a prioridade na discussão do tema na próxima reunião, caso não fosse discutido naquele dia, e o presidente concordou. Após isso, dando continuidade à pauta, o presidente apresentou as Resoluções que foram emitidas *ad referendum*, sendo elas: 1) Resolução nº 29/2017 que aprova, *ad referendum*, o Regulamento de TCC e o Manual de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, 2) Resolução nº 26/2017, que aprova, *ad referendum*, a revisão de matriz curricular do Curso Técnico Segurança do Trabalho dos *campi* Duque de Caxias e Resende, 3)

Resolução nº 27/2017, que aprova, *ad referendum*, a revisão de matriz curricular do Curso Técnico de Meio Ambiente do *Campus* Pinheiral, 4) Resolução nº 28/2017, que aprova, *ad referendum*, a revisão da matriz curricular do Curso Técnico em Informática do *Campus* Pinheiral, e Resolução nº 29/2017, que aprova, *ad referendum*, a alteração do anexo da Resolução nº 16/2017. As Resoluções foram referendadas pelos conselheiros. Em seguida, como estava na ordem da pauta, o presidente esclareceu que seria realizado o pagamento de meia diária aos conselheiros, que assim solicitassem, sendo paga pela Reitoria. O presidente lembrou também que seria concedido o auxílio aos discentes, por meio da Direae. O conselheiro Rafael Almada questionou se o pagamento das diárias sempre foi pago pela Reitoria. O presidente respondeu que, nos anos anteriores, as diárias eram pagas pelos *campi*, mas, a partir daquele momento, seriam pagas pela Reitoria, devido à restrição orçamentária dos *campi*. O conselheiro Jefferson Amorim questionou se haveria auxílio para os conselheiros egressos. O presidente respondeu que iria questionar ao procurador sobre tal possibilidade. Depois disso, foram iniciadas as apresentações dos Cursos Técnicos que estavam em pauta. O Diretor-Geral do *Campus* Belford Roxo, Prof. Fábio Silva, procedeu à apresentação informando que tanto o curso de Artesanato quanto o curso de Produção de Moda foram originados a partir da formação de uma Comissão, com a participação das Pró-Reitorias do IFRJ, além de representantes do poder público local e da sociedade civil. Ele disse que foi feita também uma audiência pública na Câmara Municipal de Belford Roxo, em que foram entregues questionários aos participantes, e foi decidido que o *campus* iria iniciar suas atividades atuando no âmbito da Economia Criativa. Sendo assim, os primeiros cursos técnicos ofertados pelo *campus* seriam Artesanato e Produção de Moda. Quanto ao curso de Artesanato, o Diretor informou que foi formado um Grupo de Trabalho responsável por estruturar o Projeto Pedagógico do curso, que posteriormente foi submetido ao Caet. O Diretor apresentou o conceito de artesanato e as características do curso, como carga horária, matriz curricular e corpo docente. Ele enfatizou que um dos objetivos do curso era destacar a cultura da baixada fluminense, além de incentivar o empreendedorismo. O Diretor apresentou também a infraestrutura do *campus*. Em seguida, ele procedeu à apresentação do curso de Produção de Moda, destacando as características do curso, o conceito de produtor de moda, os objetivos do curso e as possibilidades de atuação do profissional formado na área. Também foram apresentados o corpo docente, a matriz curricular, e infraestrutura necessária à realização das aulas teóricas e práticas. Após as apresentações, o conselheiro Jorge Vinícius questionou ao Diretor qual seria a forma de ingresso nos cursos. O Diretor esclareceu que os cursos seriam ofertados na modalidade concomitante/subsequente ao Ensino Médio, e o ingresso seria realizado por meio de sorteio. O conselheiro Rafael Almada disse que poderiam ter sido apresentados maiores detalhes das audiências públicas que foram realizadas. Ele disse que caberia ao Caet uma análise profunda do curso e seu projeto pedagógico. O conselheiro ressaltou que o ideal seria o curso apresentar uma carga horária mais próxima possível do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, devido a questões orçamentárias, uma vez que o referido catálogo exigia que os cursos técnicos contemplassem oitocentas horas, e os cursos apresentados possuíam oitocentas e quarenta e oitocentas e dez horas, respectivamente. O conselheiro Rafael Almada questionou ao Diretor em relação ao itinerário formativo, qual seria o

planejamento de verticalização do *campus*, uma vez que as atividades foram iniciadas através de cursos FIC, e naquele momento passariam a ser ofertados também os cursos técnicos. O conselheiro sugeriu que fosse elaborada uma moção ao *Campus* Belford Roxo pelo trabalho que estava sendo desenvolvido e em relação à pressão da Prefeitura local para retomar a área cedida para implantação do *campus*. Após isso, o conselheiro Eudes Pereira disse que não era função do Conselho Superior referendar as ações do Caet, mas era necessária uma análise por parte do órgão colegiado também. Ele sugeriu ao Diretor Fábio Silva que a disciplina Controle de Produção poderia ser ofertada após a disciplina de Gestão, no curso de Artesanato. O Diretor Fábio Silva agradeceu a sugestão do conselheiro. Em seguida, o conselheiro Marco Aurélio Louzada elogiou a bibliografia dos cursos e disse que poderiam ser incluídas mais informações acerca de Sustentabilidade nas matrizes curriculares dos cursos. Ele apresentou sua preocupação em relação à necessidade de existência de um ateliê, onde haveria um grande consumo de material, e questionou como seriam ofertados aos alunos os insumos necessários para a realização das aulas, em função da restrição orçamentária que o Instituto vinha enfrentando. Após esses questionamentos, o Diretor Fábio Silva respondeu a cada conselheiro. Ele disse que o *campus* possuía uma preocupação sobre o itinerário formativo, mas existiam ainda algumas limitações de adequação de sistema que não permitiam que fossem efetivadas as propostas, como a certificação intermediária. Ele disse que o *campus* possuía nove cursos FIC e havia a preocupação sobre a continuidade da formação dos alunos nos cursos técnicos. Em relação à pressão que vinha sendo realizada pela Prefeitura de Belford Roxo para retomar a área doada, ele disse que isso não estava influenciando as atividades do *campus*, os servidores continuavam a realizar seus trabalhos e novos projetos que beneficiavam a comunidade local e vinham desenvolvendo parcerias até mesmo com a Prefeitura. Ele respondeu ao conselheiro Marco Aurélio Louzada que já havia processos de licitação em andamento para aquisição dos materiais necessários para a execução dos cursos, e que o *campus* iria trabalhar dentro de suas possibilidades, sem perder a qualidade. Ele disse também que seriam formalizadas parcerias com a iniciativa privada para a realização de cursos e recebimento de material. Após isso, o conselheiro Marcelo Sayão demonstrou sua preocupação com a formação humana, por exemplo, o fato de que não havia um sociólogo no corpo docente dos cursos para lecionar a disciplina Mundo do Trabalho. O conselheiro disse que era importante valorizar o trabalho dos Conselhos Acadêmicos, mas que, se fosse sugerida pelo ConSup uma mudança radical nas matrizes curriculares, os professores já estariam contratados, e tal mudança não seria possível. Então, ele sugeriu a discussão do curso no âmbito do Conselho antes da contratação de professores. Em seguida, o conselheiro Tiago Giannerini parabenizou a iniciativa e coragem do *campus* em abraçar uma área carente da baixada fluminense. O conselheiro apontou a importância em incluir materiais de reuso nas oficinas do curso. O Diretor Fábio Silva disse que havia um ateliê específico para as atividades de reciclagem. O conselheiro Otávio Carneiro questionou qual seria a medida de segurança adotada pelo *campus*, tendo em vista que as aulas seriam realizadas no turno noturno. O conselheiro Jefferson Amorim questionou se os professores contratados eram substitutos ou não. O Diretor Fábio Silva respondeu que todos servidores eram efetivos, e nenhum era substituto. O conselheiro Jefferson Amorim perguntou qual era a previsão de duração

do curso, pois o fechamento de cursos era algo que deveria ser evitado. Respondendo ao conselheiro Marcelo Sayão, o Diretor do *campus* respondeu que a formação humana era uma preocupação dos cursos, e estava presente nas matrizes curriculares, por meio das disciplinas ofertadas, e também através dos professores contratados. Ele exemplificou

365 dizendo que a professora de Psicologia possuía Doutorado em Psicologia Social. Ele disse também que outros professores do corpo docente possuíam formação humana. Em relação à colocação do conselheiro Tiago Giannerini, ele disse que nos cursos FIC já era praticado o reuso dos materiais, e isso era uma preocupação do *campus*. Ao conselheiro

370 Otávio Carneiro, o Diretor respondeu que os cursos seriam em turnos noturnos em função da disponibilidade dos alunos. Ele disse que a violência era uma questão que estava presente em todos os lugares, mas o *campus* tomava os cuidados possíveis, estava localizado em frente a um Batalhão da Polícia Militar, e havia um ponto de ônibus em frente ao *campus*, facilitando o acesso. O conselheiro Otávio Carneiro enfatizou que era necessário realizar uma eficaz divulgação dos cursos. Respondendo ao

375 conselheiro Jefferson Amorim, o Diretor disse que havia uma boa expectativa de aceitação dos cursos na baixada fluminense e região metropolitana, uma vez que os cursos similares só existiam na capital, e eram pagos. Ele disse também que havia um projeto de orientação educacional dentro das escolas, mostrando as alternativas profissionais além dos cursos técnicos tradicionais. O conselheiro Jeferson Amorim

380 questionou se os dirigentes do *campus* entraram em contato com o presídio local. O Diretor respondeu que não, mas que tinha a intenção de oferecer os cursos FIC no presídio. A conselheira Gabriele Falzoni ressaltou a importância das parcerias privadas mencionadas pelo Diretor, mas disse que era necessário pensar em cooperativismo e autofinanciamento dos cursos. O conselheiro Tiago Giannerini questionou o

385 relacionamento do curso de Produção de Moda com o universo do carnaval. O Diretor Fábio Silva disse que o *campus* já possuía a disciplina de Confecção de Adereços, e tinha a intenção de desenvolver uma aproximação com as escolas de samba. Então, o presidente questionou como foram realizados os processos de formação dos cursos. O Diretor respondeu que havia uma necessidade de indicação das áreas que seriam

390 trabalhadas, e os cursos foram definidos pela Comissão de Implantação do *campus*. Em relação à construção das matrizes curriculares, ele disse que não era possível criá-las antes da contratação dos professores, pois os docentes é que eram os especialistas aptos para discutir as matrizes, e não era interessante retirar o protagonismo desses profissionais na construção dos cursos. Ele disse que as áreas de Moda e Artesanato

395 eram áreas em que não havia tanta expertise e nem professores já contratados pelo IFRJ. Ele ressaltou também que havia um prazo para a realização do concurso, de modo que as vagas não fossem perdidas. O Pró-Reitor Miguel Terra questionou qual foi o tempo dado à Comissão de Implantação para apresentar seus trabalhos. O Diretor respondeu que a Comissão atuou por mais de seis meses, e era formada por representantes da

400 Prefeitura de Belford Roxo, Secretaria Municipal de Educação e Ciência, Conselho Municipal de Educação, e indicações dos Pró-Reitores do IFRJ. Ele informou que os projetos pedagógicos dos cursos foram desenvolvidos pelos professores aprovados no concurso. Em seguida, o conselheiro Rafael Almada disse que como parte da inovação institucional, analisar a viabilidade de encerrar um curso não era nada absurdo, caso ele

405 tivesse sido criado para atender a uma demanda específica. O presidente disse que o

410 fechamento de cursos era uma questão de planejamento, e era preciso analisar as prioridades da instituição, pensando na vida útil de cada projeto. Após isso, a Pró-Reitora de Ensino Médio e Técnico Helena Torquilha esclareceu que o Caet era um órgão consultivo, e não deliberativo, o que significava que quando um curso era submetido ao Caet, o curso teria sido analisado, mas não aprovado. A Pró-Reitora, respondendo a uma questão colocada pelo conselheiro Rafael Almada, disse que a aprovação da oferta dos cursos técnicos naquele momento era urgente, tendo em vista a necessidade de inclusão desses cursos no orçamento institucional de 2019, que seria realizado com base no segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018. Portanto, era importante iniciar uma turma em outubro, e que, naquele caso, a LDB não exigia os duzentos dias letivos por ano. A conselheira Florinda Cersósimo parabenizou ao Diretor Fábio Silva pela proposta dos cursos e atuações no município de Belford Roxo. Ela disse que para iniciar o curso era preciso haver professores com formação ampla, não só técnica. O Diretor Fábio Silva agradeceu a todos. O presidente parabenizou a iniciativa do *campus*, e comentou sobre a relação com a Prefeitura de Belford Roxo, esclarecendo que a lei de doação do terreno, aprovada em 2013, estabelecia que as obras deveriam estar finalizadas em dois anos, ou seja, em 2015. Ele disse que essa parte da lei foi alterada por uma iniciativa sua junto à prefeitura daquele município; passando então a vigorar uma nova lei, de forma que as atividades do IFRJ seriam iniciadas a partir do segundo semestre de 2016. O presidente ressaltou que o cronograma das atividades do Instituto estava totalmente dentro da nova lei. O presidente esclareceu também que foram realizadas várias audiências públicas antes da contratação dos professores, e, primeiramente, foi contratado um pequeno grupo de docentes, que construiu as matrizes curriculares dos cursos, e, posteriormente, foram contratados novos professores. Em relação ao orçamento, o presidente disse que a gestão da Setec repassava o orçamento de investimentos através de TEDs específicas, e o Instituto estava também tentando o recebimento de algumas emendas parlamentares. O presidente ressaltou também a importância das relatorias na análise dos cursos, o que permitiria ao conselheiro um maior contato com os responsáveis pela criação dos cursos. Então, os dois cursos foram aprovados por consenso. O conselheiro Eládio Bandeira solicitou a extensão da reunião para que houvesse o debate da primeira parte da Ordem do Dia, pelo menos. O conselheiro Fernando Beserra concordou com a necessidade de discussão do ponto de Eleições para Reitor e Diretores-Gerais naquela reunião. O conselheiro Jefferson Amorim lembrou que a realização das eleições possuía prazo legal. O presidente concordou com as colocações dos conselheiros, mas disse que também era importante aprovar o curso de Paisagismo do *Campus* Pinheiral. Então, a professora do *Campus* Pinheiral, Daniela Chaves, deu início à apresentação do curso. Ela disse que o curso foi idealizado por um grupo de professores e uma coordenadora pedagógica, diante da possibilidade de aproveitar o quadro docente já existente no *campus*. Ela disse que foram feitas pesquisas de demanda na região, e foi constatada a viabilidade de oferta do curso de Paisagismo. Ela apresentou os objetivos do curso, possibilidades de atuação e de melhorias para a região. A professora ressaltou que esse seria o único Curso Técnico de Paisagismo no estado do Rio de Janeiro. Ela informou que foram realizadas audiências públicas no município, e esclareceu que o curso seria ofertado na modalidade concomitante/subsequente ao Ensino Médio, mas que, futuramente, poderia ser

transformado em curso técnico integrado. A professora apresentou também a matriz curricular do curso, a infraestrutura do *campus*, e disse que a forma de ingresso seria através de sorteio. O conselheiro Rafael Almada questionou se foi ofertado algum curso FIC anteriormente. A professora respondeu que foi ofertado o curso de Produção de

455 Mudanças, mas houve um problema na certificação dos cursos FIC no *campus*. A professora Marília Silva disse que o *campus* estava com dificuldades para emitir as certificações dos cursos FIC. O presidente disse que todos os *campi* novos tiveram o início de suas atividades através dos cursos FIC, e que esses cursos eram registrados no Sístec, recebendo orçamento por cada aluno matriculado. A professora Marília Silva

460 disse que, no *Campus* Pinheiral, alguns dos cursos FIC foram ofertados como cursos do Pronatec. O conselheiro Rafael Almada disse que os cursos FIC eram regulamentados e a certificação era possível, sendo que o mais difícil era a obtenção da certificação intermediária. O presidente ratificou que os cursos FIC eram regulamentados, sendo que as certificações deveriam ser emitidas pelo *campus*. Depois disso, a professora Daniela

465 Chaves retomou a sua apresentação. Ela apresentou a matriz curricular detalhada do curso. Após a apresentação da professora Daniela Chaves, o conselheiro Eudes Pereira questionou à professora se foi feito algum estudo de permanência e êxito no *campus*. A professora respondeu que não foi feito tal estudo. O conselheiro Omar Nicolau perguntou sobre a questão da formação humana no curso, sendo tão importante quanto a

470 formação técnica. Ele disse que a carga horária relativa às disciplinas direcionadas à formação humana era pequena. O conselheiro Marcelo Sayão concordou com o conselheiro Omar Nicolau e elogiou a preocupação em adequar a matriz à realidade local, não colocando aulas às sextas-feiras. Ressaltou ainda que nem sempre se deveria tomar decisões a partir de ideias gerais, e citou como exemplo o caso do Curso Técnico

475 em Segurança do Trabalho do *Campus* São Gonçalo, que elaborou, a partir de estudos, uma matriz condizente com a realidade local, contrariando a ideia geral de que a duração dos cursos deveria atender aos desejos por uma formação rápida. Então, a conselheira Gabriele Falzoni concordou com as colocações dos conselheiros e abordou a necessidade e importância da implantação da conscientização ambiental. A professora

480 Daniela Chaves respondeu aos conselheiros que a questão da formação humana foi pensada com a disciplina Relações Humanas e Ética no Trabalho. Ela enfatizou que o curso possuía uma carga horária enxuta, de oitocentas horas, e a referida disciplina estaria interligada a outros conteúdos práticos ou disciplinas práticas. A professora disse que foi observada na pesquisa realizada na região, a queixa dos empresários em relação

485 à falta de compromisso dos funcionários com suas atividades. Os empresários consultados também afirmaram que os seus empregados não sabiam trabalhar em grupo. A professora Marília Silva disse que era necessário expandir o entendimento da formação humana, que esta não estava restrita às disciplinas ligadas à Sociologia, mas também à forma como seriam trabalhadas as disciplinas técnicas. O conselheiro Eládio

490 Bandeira parabenizou a todos e observou que o nome do *campus* na documentação do curso deveria ser alterado de Nilo Peçanha para Pinheiral. O conselheiro Fernando Beserra disse que em relação à disciplina de Ética, era necessário pensar a ética individual e também a ética coletiva. Segundo o conselheiro, olhar a ética apenas pelo lado da demanda do mercado, não assegurava a formação humana do aluno. Em

495 seguida, o conselheiro Marco Aurélio Louzada parabenizou os professores e disse que

iria enviar por e-mail suas contribuições. Ele destacou que os projetos dos cursos deveriam sempre passar pelo ConSup, pois muitos erros e conteúdos incompletos já foram encontrados no âmbito do Conselho. Então, o conselheiro questionou em quais cursos e universidades os professores espelharam-se para desenvolver a matriz

500 curricular do curso de Paisagismo. A professora Daniela Chaves respondeu que eles consultaram alguns cursos de São Paulo, Santa Catarina, e também alguns cursos a distância. O conselheiro Marco Aurélio Louzada elogiou a grade curricular, e disse que esse profissional seria bastante diferenciado. Após isso, o conselheiro Jefferson Amorim questionou qual seria o impacto na carga horária dos professores do *campus*. A

505 professora Marília Silvia disse que não haveria grande impacto, e o curso seria ofertado enquanto houvesse a demanda, sendo que foi feito o estudo da carga horária dos docentes e foi verificado que era possível a implantação do curso. Então, o conselheiro questionou se a biblioteca do *campus* atendia a necessidade do curso. A professora Marília Silvia respondeu que a maioria dos livros necessários já existia no *campus*, mas

510 que mais alguns seriam adquiridos. A conselheira Irineia Souza perguntou se o curso poderia ser ofertado na modalidade a distância. A professora Daniela Chaves respondeu que sim, que isso seria possível no futuro, mas ela acreditava que o curso presencial agregaria mais valor do que o curso a distância, sendo que algumas práticas só seriam possíveis de forma presencial. O conselheiro Jefferson Amorim questionou como seria

515 realizada a supervisão do aluno que optasse por fazer o estágio. A professora Daniela Chaves respondeu que a supervisão seria realizada por algum dos professores do curso, e que seria elaborado um plano de trabalho para o estagiário. O presidente observou que o Curso Técnico de Meio Ambiente do *Campus* Rio de Janeiro possuía uma disciplina que era desenvolvida com projetos, e ressaltou a importância de se trabalhar com

520 projetos, como um incentivo à inter/multidisciplinaridade. A conselheira Elisa Pôças disse que era necessário pensar na operacionalização dessa multidisciplinaridade no futuro. Então, o presidente questionou aos conselheiros sobre a aprovação do curso, sendo aprovado por consenso. Após isso, foi feito um intervalo. Após o intervalo, o presidente procedeu à discussão do ponto de pauta sobre as eleições para Reitor e

525 Diretores-Gerais. O conselheiro Eládio Bandeira disse que enviou um e-mail para a Secretaria do ConSup naquela manhã, com os pontos levantados pela Comissão encarregada de estudar e apresentar o tema. O conselheiro disse que, conforme fora aprovado na reunião anterior, a Comissão teria um prazo para fazer um levantamento do assunto e apresentar suas conclusões ou sugestões. O presidente disse que o

530 entendimento da função da Comissão do ConSup em relação às eleições estava confuso. O conselheiro Eládio Bandeira disse que o regulamento final das eleições seria elaborado pela Comissão Eleitoral Central que seria instituída para esse fim, mas que a Comissão do ConSup iria fazer suas contribuições para a criação desse regulamento. O presidente esclareceu que o ConSup era o órgão que aprovava o regulamento e o

535 cronograma das eleições, mas ele não deveria criar o regulamento, sob pena de o órgão executar e homologar todo o processo, acarretando uma possível impugnação do regulamento e das eleições. O conselheiro Eládio Bandeira disse que o Art. 5º do Decreto nº 6.986/2009 previa o seguinte: “Os representantes de cada segmento e seus respectivos suplentes nas comissões eleitorais serão escolhidos por seus pares, em processo

540 disciplinado e coordenado pelo Conselho Superior”. O presidente disse que esse

dispositivo não exigia a formação de uma Comissão do ConSup. O conselheiro Marcelo Sayão disse que a Comissão do ConSup estava apenas levantando os pontos relativos ao processo de eleição. O conselheiro Rafael Almada disse que a Comissão formada na reunião anterior deveria apresentar o que foi levantado e apresentar suas propostas, e

545 sugeriu que o debate acerca das atribuições da Comissão fosse realizado ao final da apresentação. O presidente disse que gostaria de esclarecer alguns pontos, tendo em vista que ele não estava presente na reunião anterior. O presidente destacou que deveria ser deliberado em reunião a possibilidade de alguém se apresentar como representante do Conselho. Ele disse também que comunicações oficiais do Conselho deveriam ser

550 realizadas através da Secretaria. Ele ressaltou que um equívoco procedimental poderia invalidar todo o processo de eleição. Então, o presidente lembrou os prazos legais para a realização do processo eleitoral. O conselheiro Fernando Beserra pediu a palavra para ler uma nota referente aos critérios do processo eleitoral. O presidente concedeu a palavra ao conselheiro, que leu sua nota sobre uma solicitação de alteração da lei que

555 dispõe sobre o processo eleitoral, a fim de que os técnicos-administrativos também pudessem candidatar-se ao cargo de Reitor. O conselheiro disse que gostaria que o tema fosse incluído na pauta da reunião seguinte, e o Conselho emitisse uma nota oficial sobre o tema. Os conselheiros concordaram, e o presidente disse que era necessário pensar a quem essa nota seria endereçada, uma vez que a alteração de uma lei federal

560 era atribuição dos parlamentares. A conselheira Florinda Cersósimo disse que se o tema estaria em pauta, era necessário que os conselheiros consultassem seus representados sobre a concordância com o tema. O conselheiro Eládio Bandeira leu o e-mail que foi endereçado à Secretaria do ConSup com os pontos elencados pela Comissão do ConSup que estudou o tema das eleições, com base na Lei nº 11.892/2008 e no Decreto nº

565 6.986/2009. A Comissão do ConSup apresentou uma proposta de cronograma de visitas aos *campi* e Reitoria, para apoio ao processo de escolha das Comissões Eleitorais Locais e, posteriormente, da Comissão Eleitoral Central. A Comissão também apresentou algumas sugestões para a execução do processo eleitoral, e lembrou os prazos legais para a finalização das eleições, ressaltando que o recesso escolar ocorreria

570 no período de treze de janeiro a onze de fevereiro do ano seguinte, quando os docentes e discentes estariam em férias. A Comissão também destacou as peculiaridades dos procedimentos do processo eleitoral nos *campi* novos, previstas na legislação, comparando com o regulamento das eleições realizadas em 2013. O presidente disse que cabia ao ConSup apenas decidir se o processo seria realizado em um ou dois turnos.

575 Então, o presidente leu um e-mail enviado ao Gabinete da Reitoria pelo conselheiro Eládio Bandeira, como representante da Comissão do ConSup sobre as eleições, solicitando uma data disponível para a realização de reunião na sala de reuniões da Reitoria, a fim de discutir o processo eleitoral com a comunidade e escolha da Comissão Eleitoral Local da Reitoria. O presidente disse que antes da deliberação formal sobre a

580 realização dessas reuniões nos *campi* e Reitoria pelo ConSup, a Comissão do ConSup já estava adiantando-se e solicitando datas aos dirigentes. Ele disse que nas últimas eleições, o responsável pela elaboração do regulamento era a Comissão Eleitoral Central, sendo importante o ConSup ater-se a suas atribuições, sem interferir na atuação da Comissão Eleitoral Central. A conselheira Elisa Pôças, que fora presidente da

585 Comissão Eleitoral Central em 2013, disse que entendia que a Comissão do ConSup

estava adiantando-se, mas compreendeu também que a referida Comissão gostaria de auxiliar o início do processo devido ao prazo enxuto. Ela ratificou que o regulamento deveria ser elaborado pela Comissão Eleitoral Central, e não pela Comissão formada pelo Conselho Superior. O presidente ressaltou que a Comissão Eleitoral Central
590 deveria criar o regulamento e o cronograma, e ambos os documentos seriam aprovados pelo ConSup. Ele disse que deveria ser emitida uma portaria regulamentando a escolha das Comissões Eleitorais Locais e Central. O conselheiro Eládio Bandeira disse que a intenção da Comissão do ConSup era estabelecer um diálogo com a comunidade sobre o processo eleitoral. A conselheira Elisa Pôças disse que nas eleições anteriores, os
595 conselheiros foram aos *campi* para coordenar a escolha das Comissões Eleitorais Locais. O conselheiro Eládio Bandeira destacou que o Conselho Superior deveria aprovar os nomes dos membros das Comissões Locais, após o recebimento dessas indicações pelos *campi*. O presidente disse que o entendimento do início do processo estava confuso, que na sua opinião, o processo seria iniciado a partir da portaria de
600 regulamentação da escolha das Comissões Locais. A conselheira Elisa Pôças disse que na eleição anterior, o prazo começou a vigorar a partir da formação das Comissões Locais, e não da regulamentação do processo de escolha dessas Comissões. O presidente disse que o procedimento da eleição anterior deveria então ser repetido. Então, o conselheiro Eládio Bandeira sugeriu a emissão de uma Resolução instituindo
605 uma Comissão Especial do ConSup com os nomes dos conselheiros que estariam autorizados a ir aos *campi* e Reitoria auxiliar no processo de escolha das Comissões Locais. A conselheira Florinda Cersósimo perguntou se os Diretores-Gerais indicariam os nomes dos membros das Comissões Locais. O conselheiro Eládio Bandeira disse que a indicação pelos Diretores não era legítima, uma vez que também haveria eleições para
610 esse cargo. O presidente disse que os nomes dos membros das Comissões Eleitorais locais poderiam ser retirados através de eleições ou assembleias, pelos Diretores-Gerais ou não, pois essa regra não estava expressa na legislação. A conselheira Elisa Pôças disse que a escolha poderia ser realizada através de assembleia, com ata registrada enviada ao ConSup, mas entendia também que o Diretor-Geral poderia influenciar na
615 escolha, pois ele teria esse poder. O presidente disse que o ConSup era um órgão político, e todos possuíam suas convicções, e não existia isenção total por parte dos conselheiros também, mas que era preciso que o Conselho agisse com a maior imparcialidade possível. O conselheiro Marcelo Sayão concordou com o presidente, e disse que a neutralidade era impossível, mas era preciso levar em consideração que o
620 Diretor possuía poder decisório, tendo peso institucional. Nesse sentido, o conselheiro acreditava que a proposta da Comissão do ConSup para auxiliar o processo de escolha das Comissões Locais era válida, além de respaldar o Diretor-Geral de qualquer suspeita de influência. O presidente disse que, por outro lado, um representante sindical também possuía o poder de influenciar diretamente a escolha da Comissão Local. O presidente
625 ressaltou também que era importante pensar na publicização de todos os atos do processo eleitoral e da escolha das Comissões. O conselheiro Eudes Pereira concordou com a proposta de formação da Comissão Especial para ir aos *campi* e Reitoria coordenar a escolha das Comissões Locais e, posteriormente, da Comissão Central. Ele disse também que era necessário pensar se essa Comissão Especial iria enviar propostas
630 para a elaboração do regulamento pela Comissão Eleitoral Central, e como os

conselheiros poderiam enviar suas contribuições. O presidente disse que isso não poderia acontecer, pois era atribuição específica da Comissão Central. A conselheira Elisa Pôças disse que o Conselho Superior iria somente aprovar ou não o regulamento criado pela Comissão Eleitoral Central, e poderia dar suas sugestões quando o

635 regulamento fosse submetido ao Conselho. O conselheiro Eudes Pereira respondeu que a Comissão Especial poderia então estudar o regulamento que seria feito pela Comissão Central e apresentar aos conselheiros. A conselheira Elisa Pôças leu suas contribuições acerca dos pontos elencados pela Comissão do ConSup que fora formada na reunião anterior, indicando os procedimentos adotados nas eleições passadas. O presidente disse

640 que as questões de operacionalização do processo seriam discutidas pela Comissão Central. A conselheira Elisa Pôças disse que caberia ao Conselho decidir apenas se o processo seria realizado em um ou dois turnos, e a forma como seria feita a escolha das Comissões Locais. O presidente disse que a questão dos turnos poderia ser discutida na reunião seguinte. O conselheiro Eládio Bandeira disse que a Comissão Especial deveria

645 ser formada, e as indicações dos membros das Comissões Locais deveriam ser levadas ao Conselho na próxima reunião. O conselheiro Omar Nicolau concordou com a sugestão do conselheiro Eládio Bandeira. O conselheiro Tiago Giannerini sugeriu que o Conselho acatasse a proposta do conselheiro Eládio Bandeira e fosse formada a Comissão Especial. O presidente disse que era necessário decidir então se o processo de

650 escolha das Comissões Locais seria realizado pelos Diretores-Gerais apenas, ou se seria formada a Comissão Especial. O conselheiro Fernando Beserra defendeu a formação da Comissão Especial. A conselheira Florinda Cersósimo disse que era importante decidir as atribuições da Comissão Especial, caso fosse formada. O presidente disse que o processo de apoio da Comissão Especial deveria ser realizado de forma democrática em

655 todos os *campi*, com a divulgação necessária, não deixando a publicização a cargo da AsCom, somente. A conselheira Florinda Cersósimo defendeu a proposta de escolha das Comissões Locais pelos Diretores-Gerais. O conselheiro Eudes Pereira disse que não havia isenção nem no Conselho, nem por parte dos Diretores-Gerais. O conselheiro Omar Nicolau disse que era preciso garantir a lisura do processo eleitoral. O conselheiro

660 Eládio Bandeira disse que a Comissão Especial formada em 2013 afixou cartazes nos *campi* divulgando as reuniões de escolha das Comissões Locais, e leu um cartaz que foi utilizado na época. Então, foi decidido que seria formada a Comissão Especial, e a escolha das Comissões Locais seria realizada em assembleias previamente agendadas nos *campi* e Reitoria, sendo que o horário da reunião deveria ser decidido entre a

665 Comissão Especial e o Diretor-Geral do *campus*. O conselheiro Eládio Bandeira disse que seria importante a participação da Comissão Especial na próxima reunião de Colégio de Dirigentes para explicar como seria operacionalizado o processo de escolha das Comissões Locais, e o presidente concordou. Então, foi decidido que fariam parte da Comissão Especial os conselheiros: Eládio Bandeira, Fernando Beserra, Eduardo

670 Castro, Omar Nicolau, Irineia Souza e Paulo Borges. Os conselheiros fizeram contato com outros conselheiros para verificar se mais algum que não estava presente gostaria de fazer parte da Comissão Especial. O presidente sugeriu que cada representante ficasse responsável ao menos pela reunião em seu *campus* de lotação. O conselheiro Marcelo Sayão destacou que a Comissão Especial iria somar com os Diretores-Gerais, e

675 não excluí-los do processo. O presidente sugeriu a inclusão dos Diretores-Gerais na

680 Comissão Especial, ressaltando que os Diretores que fossem candidatos não deveriam participar. O conselheiro Omar Nicolau disse que quem responderia pelo processo eleitoral ao final das eleições seria a Comissão Eleitoral Central, e não as Comissões Locais ou a Comissão Especial. Então, foi decidido que a Comissão Especial seria formada apenas pelos conselheiros indicados, que trabalhariam em conjunto com os Diretores-Gerais. O presidente observou que na reunião seguinte o ConSup decidiria se o processo eleitoral ocorreria em um ou dois turnos e homologaria a formação das Comissões Locais, após a retirada dos nomes em assembleia única em cada *campus* e Reitoria. Então, o presidente encerrou a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Mônica Castro, encerro a presente ata que seguirá assinada por mim e pelo presidente.

685